



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO – APUR – SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN, REALIZADA NA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS (BA), NO DIA 19 DE MARÇO DE 2014.....

A Assembleia teve início às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de março do ano de dois mil e quatorze, no Prédio do Pavilhão de Aulas II, sala 01, na cidade de Cruz das Almas, Bahia, em conformidade com a pauta de sua convocação. De início o Prof. David Romão Teixeira, Presidente da APUR, saudou a presença de todos e leu a pauta da Assembleia contendo os seguintes itens: 1) Informes 2) Campanha salarial 2014 (Conjuntura, pauta de reivindicações e greve). Dando continuidade aos trabalhos o Prof. David Romão Teixeira, solicitou à plenária que fosse incluído um terceiro ponto de pauta para tratar da autorização da assembleia para a constituição do fundo de greve da APUR. Em não havendo questionamentos a proposta foi aprovada por unanimidade e o terceiro ponto de pauta foi incluído à pauta original. Em seguida foram dados os informes. O primeiro a dar os informes foi o Prof. Antonio Eduardo, secretário da APUR, que relatou sobre as reuniões do ANDES-SN que ocorreria em Brasília nos dias 29 e 30 de março, e da Regional Nordeste em Ilhéus, BA, na mesma data. O Prof. David solicitou a palavra e encaminhou a votação dos delegados da APUR para as referidas atividades ficando decidido por unanimidade que o Prof. Antônio Eduardo iria para Ilhéus e o Prof. David para Brasília. Em seguida foi dada a palavra para a representante da ASSUFBA, a técnica-administrativa Aida Maia que informou sobre a greve dos técnicos. O Prof. Tarcísio Cordeiro (CFP) sugeriu que fosse aprovada uma moção de apoio à greves dos técnicos. Em seguida a Profa. Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo (CCAAB) solicitou informações sobre o projeto em andamento no Congresso Nacional que isenta os docentes das Federais do desconto do Imposto de Renda. Encerrada a seção de informes deu-se início ao segundo ponto de pauta, a Campanha Salarial 2014. Pela ordem foram inscritos e fizeram uso da palavra os seguintes docentes: Sivanildo da Silva Borges (CETEC), Mauricio Ferreira da Silva (CAHL), Tarcísio Cordeiro (CFP), Emanuel (CFP), David Romão Teixeira (CFP), Marcela Mary Jose da Silva (CAHL), Fabricio Lyrio (CAHL), Jorge Luiz Cunha

Cardoso Filho (CAHL), Gabriele Grossi (CAHL), Antônio Eduardo (CAHL), João Mendes de Lima Júnior, Anacleto Ranulfo dos Santos (CCAAB), Emanuel (CFP), David Romão Teixeira (CFP). Após as intervenções dos docentes acima referidos seguiram-se os encaminhamentos. Antes que os docentes se manifestassem foi dada a palavra ao discente Luis Antônio representante do Coletivo Central dos Estudantes que relatou sobre as atividades do movimento estudantil da UFRB. Após a intervenção do representante do CCE fizeram inscrição para encaminhamentos de propostas, pela ordem: Marcela Mary Jose da Silva (CAHL), David Romão Teixeira (CAHL), Tarcisio Cordeiro (CFP), Antonio Eduardo (CAHL) e Bruno Durães (CAHL). Após as intervenções dos docentes acima referidos duas propostas de encaminhamentos foram submetidas à votação, a saber: Proposta 1, defendida pelo Prof. David Romão Teixeira, que fosse feito um calendário de mobilizações e paralisações nacionais em torno da pauta dos docentes dando continuidade a paralisação do dia 19/03, e que na reunião do setor das IFES, nos dias 29 e 30 de março em Brasília, seja discutido um critério para uma possível deflagração de greve, e a Proposta 2, defendida pela Profa. Marcela Mary José da Silva (CAHL), que fosse feito um calendário de mobilizações e paralisações nacionais em torno da pauta dos docentes dando continuidade a paralisação do dia 19/03, e que na reunião do setor das IFES, nos dias 29 e 30 de março em Brasília, seja discutida a deflagração de greve caso a pauta protocolada não seja atendida. Após regime de votação a Proposta 1 venceu por maioria, foi aprovado também por unanimidade as pautas centrais: 1) aprovação da carga horária mínima de 8 horas para as atividades de sala de aula, 2) criação de novas vagas de concursos para servidores técnicos e docentes; 3) criação de índice regular de reajuste salarial; 4) definição de data-base para o dia 1º maio; 5) exigir servidores técnico-administrativos exclusivos para cada Colegiado de Curso; 6) aprovação do PL 2607/11 que prevê isenção de IR sobre remuneração de professores. Logo após iniciou-se a discussão do terceiro ponto de pauta, isto é, o fundo de greve. Após votação da proposta aprovada por unanimidade a Diretoria da APUR ficou autorizada a investir 10% da arrecadação bruta da Associação em fundo de greve. Nada mais havendo a tratar deu por encerrada a Assembleia, cuja ata aqui lavrada vai assinada por mim, Prof. Herbert Toledo Martins, Vice-Presidente da APUR.